

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM ASPECTO INIBIDOR DA APRENDIZAGEM NUMA VISÃO PSICOPEDAGÓGICA

Raquel de Souza Alves¹
Mônica Gicéia Carvalho Costa²

RESUMO

O presente artigo constitui-se de uma pesquisa bibliográfica sobre dificuldade de aprendizagem apresentadas em vítimas de violência doméstica e a identificação como fenômeno cultural, considerado pela sociedade como um recurso disciplinar educacional normal comum. Reconhecer a importância dos vínculos afetivos e emocionais; as interações estabelecidas desde o nascimento, como contribuição para o aprendizado. As relações vinculares, familiares e institucionais como aspectos importantes na construção e desenvolvimento da inteligência e de uma personalidade saudável. Busca aprofundar e sistematizar o tema, tomando como referência autores que contribuíram numa perspectiva, Filosófica, Antropológica, Psicopedagógica, Psicológica e Pedagógica, no intuito de uma construção real e significativa de um estudo calcado em bases sólidas. Reconhece a importância da Psicopedagogia como área de conhecimento interdisciplinar, quer no âmbito institucional ou clínico, na atuação frente às dificuldades de aprendizagem geradas pela violência doméstica. Acredita-se na possibilidade de se resgatar o prazer de aprender em crianças e adolescentes, resgatando sua auto-estima e os tornando autores de sua própria aprendizagem.

Palavras-Chave: Violência Doméstica. Aprendizagem. Psicopedagogia

ABSTRACT

The present article constituted of a bibliographical research about learning difficulty presented in victims of domestic violence and the identification as cultural phenomenon, considered by the society with a resource to discipline educational normal common. To recognize the importance of the affective entails and you move; the established interactions from the birth, as contribution for the learning. The relationships link, family and institutional as important aspects in the construction and development of the intelligence and of a healthy personality. Search to deepen and to systematize the theme, taking as reference authors that contributed in a perspective, Philosophical, Anthropological, Psicopedagógica, Psychological and Pedagogic, in the intention of a real and significant construction of a study stepped on in solid bases. He/she/you recognizes the importance of Psicopedagogia as area of knowledge interdisciplinar, wants in the ambit institutional or clinical, in the performance front to the learning difficulties generated by the domestic violence. It is believed in the possibility of rescuing the pleasure to learn in children and adolescents, rescuing your self-esteem and turning them authors of your own learning.

Key-Words: Domestic violence. Learning. Psicopedagogia.

¹ Graduada em Filosofia e Pós-graduada em Metafísica pela UFRN e Psicopedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – E-mail: raket28@bol.com.br

² Professora Orientadora Msc. Mônica Gicéia Carvalho Costa, graduada em Pedagogia e Psicologia, Especialista em Violência Doméstica contra criança e adolescência – USP/SP, Mestre em Educação, Salesianas/SP – E-mail: monicacosta1@oi.com.br

1 INTRODUÇÃO

A violência no contexto histórico se delineia como uma condição inerente à sociedade, que sempre conviveu com as diferenças. Os hábitos, os costumes, as leis, mascaram a violência, nos levando a suportá-la, ou aceitá-la, como fruto das relações humanas, é a condição paga pelo homem para viver sociedade.

A naturalidade pela qual se demonstra a questão da desigualdade é uma forma de camuflar o sentido real de que esta nasce de uma estrutura social mutável e historicamente determinada.

A violência doméstica faz parte das vivências familiares desde os primórdios, sempre escondida por trás da Pseudo-proteção, pela necessidade de imposição de limites, para correção de posturas deseducadas dos filhos e para subjugar mulheres e crianças indefesas.

As questões que impulsionam esta pesquisa é à busca do entendimento de como a violência doméstica conjugal, interfere de forma danosa, na aprendizagem das crianças e adolescentes; em que circunstâncias tal fenômeno se apresenta; e como interferir psicopedagogicamente, objetivando minimizar/superar as dificuldades de aprendizagem geradas por tal ato, devolvendo às vítimas, o resgate da sua autonomia e de sua capacidade de aprendizagem.

O desenvolvimento emocional é uma proposta urgente no mundo atual, e a educação emocional é atribuição da família. As instituições sociais, estatais ou particulares que podem vir em auxílio da família, para ajudar a desenvolver vínculos amorosos e fortes entre os pais, e entre pais e filhos, estão frágeis, não existe um objetivo de ajudá-los, que privilegie os vínculos afetivos.

As linhas de ação para a prevenção e o tratamento da violência são fundamentais, uma vez que o ciclo da violência tende a passar de uma geração à outra. Um número expressivo de adultos abusadores foram crianças vitimizadas pelo abuso de outros adultos, mas especificamente dos próprios familiares.

Nesta perspectiva Pichon (2000) propõe a teoria de que, dentro de uma relação vincular em um grupo familiar, o aprendizado é permeado por valores e ideologia, que correspondem ao desejo do grupo que programa por meios de um segredo, para superar o fracasso dos pais, ou assumir um lugar que falta na família. Assim, esta relação de aprendizado, é à busca de projeção dos pais, através da figura dos filhos. Portanto, esta modalidade de aprendizagem é caracterizada pela forma de como os papéis daquele que ensina e do que aprende, ficam definidas.

2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: CONTEXTUALIZANDO O FENÔMENO

Entende-se por violência doméstica, um comportamento que causa dano à outra pessoa, ser vivo ou objeto. Nega-se autonomia, integridade física ou psicológica, e mesmo a vida de outro. A violência diferencia-se de força, palavras que costumam estar próximas na língua e pensamento cotidiano. Enquanto força designa, em sua acepção filosófica, a energia ou firmeza de algo, a violência caracteriza-se pela ação corrupta impaciente e baseada na ira, que não convence ou busca convencer o outro, simplesmente o agride.

Considerando as dificuldades em estabelecer uma definição que não limite ou esgote a profundidade do termo, será utilizada a seguinte:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que _ sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima _ implica de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (AZEVEDO, 2005, p.12).

Configura-se desde um simples tapa a um espancamento fatal. A terminologia utilizada para designar o fenômeno é: síndrome, abuso ou maltrato físico e violência física. Uma das manifestações mais graves de violência física contra a criança é a síndrome do bebê sacudido (Shaken baby syndrome). Essa síndrome foi relatada no artigo síndrome da criança espancada de Kempe e colaboradores em 1962 (apud DAY, TELLES ET AL, 2003), em Chicago, e marca o início dos maus tratos à criança como objeto de investigação. Caracteriza-se por lesões de gravidade variável, oriundas do ato de sacudir severa ou violentamente uma criança, geralmente lactente. Pode causar cegueira ou lesões oftalmológicas, atraso no desenvolvimento, convulsões, lesões da espinha, lesões cerebrais, culminando com a morte (idem).

A violência Psicológica abrange toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Infantil, ocorre quando os pais ou responsáveis constantemente depreciam a criança, bloqueando seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental (AZEVEDO, 2005). Esta consiste em um comportamento (não físico) específico por parte do agressor. Seja este agressor um indivíduo, ou um grupo específico num dado momento ou situação.

Muitas vezes, o tratamento desumano tais como: rejeição, depreciação, indiferença, discriminação, desrespeito, punições (exageradas) podem ser consideradas um grave tipo de violência e esta modalidade, nem sempre deixam marcas visíveis no indivíduo. Estão incluídos nesse item os casos de crianças expostas à violência conjugal, que será mais aprofundado posteriormente.

2.1 HISTÓRICO DO PROBLEMA NO BRASIL E NO MUNDO

A violência no contexto histórico se delineia como uma condição inerente à sociedade, que sempre conviveu com as diferenças. Os hábitos, os costumes, as leis, mascaram a violência, nos levando a suportá-la e entendê-la como fruto das relações humanas e a condição paga pelo homem para viver em sociedade.

O período anterior ao século XVII marcou o surgimento dos castigos, da punição física, dos espancamentos com chicote, ferro e pau às crianças. Os pensadores justificavam essas atitudes como uma forma de inibir as más influências e também como uma forma de moldar as crianças aos desejos dos adultos. John Locke³ em sua obra intitulada “Da educação das crianças”, um dos clássicos da Pedagogia européia, contribuía com novas concepções educacionais, alertando os pais para importância da prevenção “como o meio mais eficaz de preservar a saúde dos filhos” (Gélis, 1991 apud Day, Telles et al, 2003). “O mesmo autor sugeria também, que se desse atenção rigorosa ao desenvolvimento intelectual e à capacidade e auto-controle da criança.”

No século XVIII Rousseau⁴ contribuiu, assim como Locke para a compreensão do significado da infância. Defendia que, “a criança era importante em si mesma e não meramente como, um meio para um fim”, além de sustentar que “a infância é o estágio da vida em que o homem mais se aproxima do estado de natureza” (POSTMAN, 1999, apud DAY, TELLES et al, 2003).

³ Filósofo Inglês (1.632 – 1.704) construiu uma teoria do conhecimento inovadora, que investigou o modo como à mente capta e traduz o mundo exterior. Na educação, compilou uma série de preceitos sobre aprendizado e desenvolvimento, com base em sua experiência de médico e preceptor, que teve grande repercussão nas classes emergentes do seu tempo.

⁴ Em sua obra o Emílio ou da educação (1.762), revolucionou a Pedagogia, nesta ele distingue quatro grandes períodos na educação, estabelecendo uma seqüência cronológica, que sendo respeitada a evolução ocorrerá naturalmente. Segundo alguns teóricos, ele descobriu a beira do mundo moderno, o reino da infância.

A chegada das primeiras crianças no Brasil, mesmo antes do seu descobrimento oficial, foi registrada em situações de desproteção. Na condição de órfãos do Rei, que como grumetes ou pajens, vinham com a incumbência de casarem com os súditos da coroa. As embarcações vinham com poucas mulheres, e as crianças eram “obrigadas a aceitar os abusos sexuais dos marinheiros rudes e violentos”... Em caso de naufrágios, muito comuns na época, eram deixadas pelos adultos à fúria do mar (RAMOS, 1999 apud DAY, TELLES et al, 2003).

A idéia de castigos físicos e ameaças, foi imposta pelos primeiros padres da companhia de Jesus no Brasil Colonial (1549) que entendiam que “sem castigo não se fará vida”. Aos que pensavam faltar à Escola Jesuíta, estavam reservados a palmatória e o tronco. Os índios reagem com indignação a essas práticas, e muitas vezes abandonavam os locais de estudo por isso. Freire (1987 apud Guerra, 1998, p. 77), em sua obra Casa grande e Senzala, relata história de filhos que desde cedo eram acostumados à imposição de castigos extremamente brutais. Espancamentos com palmatória, varas de marmelo (com alfinetes nas pontas), cipós, galhos de goiabeira, etc..., tinham como objetivo ensinar às crianças que a obediência aos pais era a única forma de escapar à punição.

Logo, é necessário que se entenda a violência dentro de um contexto mais amplo. Conseqüência de uma sociedade injusta e marginalizante. A realidade do descaso do Estado com as políticas de base falta de investimentos na saúde, na educação, a alta taxa de desemprego, enfim, tudo isso favorece a desestruturação e o desespero da grande maioria das famílias brasileiras.

2.2 CRIANÇAS EXPOSTAS À VIOLÊNCIA CONJUGAL ENQUANTO DESENCADEADOR DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A temática da violência intrafamiliar está cada vez mais presente no cenário atual, sendo freqüentemente divulgada pela mídia. Diariamente, crianças e adolescentes vem sendo submetidos em seus próprios lares, a condições adversas, o que refletirá em prejuízos no seu desenvolvimento.

O conceito de criança exposta à violência não se limita apenas a estar presente à cena em que ocorre a agressão, abrangendo essa condição por completo. Para estar exposta à violência, é suficiente que uma criança tenha a mãe agredida por seu parceiro. Segundo Jouriles, Mc-Donald, Norwood e Ezell (2001 apud BRANCALHONE e WILLAMS, 2006), não é necessário observar a agressão para ser afetada por ela. Assim sendo, aquela criança que

viu, ouviu um acidente de agressão à mãe, viu seu resultado (ferimentos hematomas, etc.) ou que vivenciou o seu efeito quando interagindo com os pais, é uma criança exposta à violência (HOLDEN, 1998, *idem*).

Os diferentes problemas apresentados por crianças expostas à violência conjugal requerem um conhecimento de como o desenvolvimento infantil pode ser afetado por experiências negativas na família. Pautando-se nos estudos de desenvolvimento infantil em famílias “normais”, acredita-se que o senso de si mesma e o desenvolvimento da expressão emocional vêm de experiências precoces importantes e que envolvem membros significativos da família. Muitas das crianças expostas à violência conjugal vivem com medo e ansiedade, esperando o próximo episódio violento, estando também sujeitas a outras formas de abuso emocional. Alguns pesquisadores (apud JAFFE, WOLFE & WILSON, et al apud BRACALHONE, 1990) enfatizam que essas crianças podem sofrer varias conseqüências, e também vir a se ferir acidentalmente. Por isso, se faz necessário intervir o mais breve possível após o episódio (apud BRANCALHONE, WILLIAMS, 2006).

Os estudos da teoria de aprendizagem social sugerem que as crianças aprendem e incorporam as lições de violência, e que, sem intervenção, tendem a repetir tais comportamentos. Importante ressaltar que o desenvolvimento de relacionamentos sociais é crucial para o ajustamento da criança ao longo do tempo, incluindo amizades, habilidades sociais, sucesso acadêmico, auto-estima e bem-estar.

3 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA ELUCIDAR A ETIOLOGIA DOS PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM.

- **FATORES NEUROLÓGICOS**

Dentro dos fatores mais significativos indicam-se os seguintes: fatores de risco pré e perinatais, hipoxia, asfixia neonatal, taxa de hemoglobina baixa, problemas infecciosos, baixo peso ao nascer, viroses, insuficiência placentária, anemia, nível energético baixo, etc. Segundo Weiss (1992, p. 20):

Os aspectos orgânicos relacionados à construção biofisiológica do sujeito que aprende e as alterações nos órgãos sensoriais impedirão ou dificultarão o acesso aos sinais do conhecimento. A construção das estruturas cognitivas se processa num ritmo diferente entre indivíduos normais e os portadores de deficiências sensoriais, pois existirão diferenças nas experiências físicas e sociais vividas.

Observa-se, portanto, que muitos desses fatores encontram-se frequentemente associados a lesões mínimas do cérebro, caracterizados por pequenos e equívocos sinais neurológicos, que implicam com o nível de aprendizagem, como sejam: níveis baixos de atenção seletiva, dispraxia, problemas de controle, dificuldades visoconstrutivas, déficits auditivos e visuais, problemas de comportamento, alterações neurológicas ligeiras no EEG (eletro encefalograma), atividade lenta excessiva, etc.

- **FATORES SÓCIO-CULTURAIS**

Questionamentos feitos por Weiss (1992), sobre os aspectos contribuintes ligados à perspectiva da sociedade em que estão inseridas a família e a escola, além da questão das oportunidades e formação da ideologia em diferentes classes sociais, necessitam ser pensadas durante o diagnóstico por distúrbios de aprendizagem, uma vez que estes estão presentes entre os fatores que influenciam no surgimento, manutenção e encaminhamento dos distúrbios.

Deve-se assinalar igualmente ainda nesta área, os sinais de risco, inerentes às instituições educacionais tais como: a inexistência de uma educação infantil compensatória; sistema educacional rígido; expectativas negativas e atitudes pessimistas dos professores; escolas superlotadas e mal equipadas; professores mal qualificados e inexperientes; currículo pouco adequado às necessidades especiais das crianças; estimulação excessiva ou inadequada por exigência de avaliação; etc.

No processo de desenvolvimento da aprendizagem, a criança necessita de um aparato social que permita o processo de intercâmbio com outras pessoas, para que isto possibilite a aquisição de conhecimento. Segundo Kohl (apud Vygotsky, 1991, p. 102): “A internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto característico da psicologia humana; é a base do salto qualitativo da psicologia animal para a psicologia humana”.

- **FATORES PSICOEMOCIONAIS**

Segundo Weiss (1992): “Aspectos emocionais poderiam estar ligados ao desenvolvimento afetivo e sua relação com a construção do conhecimento e a expressão destes através da produção escolar”.

Os psicanalistas, psicólogos e psiquiatras tem salientado a importância da porção integrativa da personalidade (ego)⁵. A ansiedade, a fantasia, a confusão, o medo e o desinteresse complicam o quadro. Segundo Freud (apud Pain 1992, p. 32):

Os problemas de aprendizagem não podem considerar-se como “erros”, porque são perturbações produzidas durante a aquisição e não nos mecanismos de conservação e disponibilidade, embora estes aspectos mereçam consideração.

Sendo a mãe figura crucial para o desenvolvimento da criança, mães deprimidas, abandonadas, frustradas, agredidas, ansiosas ou que abandonem as crianças a si próprias (negligentes), muitas vezes por razões sociais e econômicas, podem afetar a formação do ego do seu próprio filho, e assim gerar um problema sintomático ou mesmo de inibição em seu processo de aprendizagem. Aspectos como: a metodologia de ensino, a avaliação, a dosagem de informações, a estruturação de turmas, a organização em geral, contribuem muitas vezes para o surgimento de algum sintoma de aprendizagem.

Logo, as famílias que parecem ter as crianças menos agressivas, parecem ser aquelas onde se pratica uma combinação de não-permissividade, não-punição e não-rejeição. Pois, estas, tentam evitar o desenvolvimento de situações de violência.

Há, portanto, uma seqüência no desenvolvimento psico-emocional da criança, que ao ser afetado por fatores bloqueadores, obstaculizam ou mesmo provocam uma série de sintomas que irão dificultar o transcurso normal do aprendizado na criança.

- FATORES COGNITIVOS

Partindo dos pressupostos teóricos de Piaget (2006) e Vygotsky (1991), o desenvolvimento cognitivo acontece a partir do processo de interação entre o organismo e o meio. Ocorrendo alteração deste organismo, e não o favorecimento, do meio, o processo de construção do indivíduo sofrerá alterações no seu ritmo. Logo, o desenvolvimento cognitivo em sua abordagem é concebido a partir do movimento de apropriação pelo indivíduo das atividades humanas depositadas no mundo da cultura. Onde o indivíduo progride por meio das inter-relações sociais existentes no ambiente cultural.

⁵ É a parte da psique que contém as habilidades, os desejos aprendidos, os medos, a linguagem, o sentido de si próprio e a consciência.

Para Piaget, a inteligência é adaptação e seu desenvolvimento está voltado para o equilíbrio. Assim, as ações humanas visam sempre uma melhor adaptação ao ambiente. Tais ações se constroem em planos diferentes; sensório-motor, operatório concreto e operatório formal. Logo, as experiências da criança por sua vez, são conduzidas por sua ação em contato com o objeto.

O sentido do qual ele se refere de equilíbrio se sustenta nas organizações constantes de novas experiências, que vão transformando à medida que o sujeito vai formando estruturas e estas, vão se mobilizando num processo de construção, dando origem ao que ele chama de esquema, que é a estrutura interna de ações.

Portanto, na concepção Piagetiana, as capacidades de aprendizagem dependem do nível de desenvolvimento do indivíduo, ou seja, é o desenvolvimento cognitivo que condiciona as capacidades de aprendizagem. Já Vygotsky, defende a causalidade inversa, ou seja, os processos do desenvolvimento não coincidem com aqueles da aprendizagem, mas não o seguem.

4 A PSICOPEDAGOGIA POSSIBILITANDO UM ESPAÇO DE MUDANÇA

No intuito de alcançar a compensação do processo de aprendizagem, várias áreas do conhecimento se integraram a Pedagogia e a Psicologia, dando origem a Psicopedagogia, no entanto, ela constrói seus próprios objetos e métodos.

Partindo do pressuposto, que a Psicopedagogia é uma área do conhecimento que atua no processo de aprendizagem humana, tendo como objeto de estudo o ser cognoscente, ou mesmo, aquele ser que exposto a uma realidade, extrai dela um saber, esta, procura expandir o seu campo de visão, trabalhando numa perspectiva de que o aprendizado se dá em todos os lugares e durante toda a existência.

A partir dessas considerações, sobre a abrangência da Psicopedagogia em sua atuação vale salientar que o Psicopedagogo deve realizar sua tarefa sem perder de vista os propósitos terapêuticos de sua ação. Segundo Mery (apud BARONE, 1985, p. 19):

O Psicopedagogo sabe que sua atividade, que consiste em transmitir conhecimento, não é uma atividade neutra e indiferente para a criança e para ele. Por isso enfatiza o papel da relação que estabelece entre ele e a criança, verdadeira relação transferencial e contratransferencial, necessária para o desenvolvimento da relação educativa.

Os problemas de aprendizagem, presentes nos sujeitos que sofrem violência doméstica, geralmente tem caracteres em comum. Não seria possível afirmar que todas as dificuldades decorrem deste fenômeno, pois, deve-se considerar a maneira particular como o organismo, o corpo, a inteligência e o desejo se articulam, bem como, a história dos vínculos entre os agentes do processo de aprendizagem (o ensinante e o aprendente); e os contextos sócio-econômico-cultural, geradores de mais ou menos oportunidades de escolhas.

Segundo Fernández (1991, p. 41):

Não podemos entender a patologia no aprender de uma criança analisando somente o presente, fazendo unicamente um corte transversal da situação, ainda que incluamos, além do individual, o grupo familiar. No diagnóstico e ao longo do tratamento (conhecendo nossas limitações) tentaremos reconstruir o jogo de acontecimentos que deu lugar, já desde antes que nascesse a criança, há uma constelação de significados profundos e há um código.

Comportamento agressivo, dificuldade para aprender e manter relacionamento social com os colegas – quadro de violência psicológica, violência física (surras muito violentas, amarrados sem direito a comida, bebida ou convívio com outros familiares).

Problemas de rendimento escolar e distúrbios de conduta (furto), hiper-atividade, distúrbios da fala – violência conjugal. Problemas de saúde física, problemas de conduta, baixa auto-estima, ansiedade e isolamento social – violência conjugal.

Assim como, sintomas de estresse pós-traumático (medo, ansiedade, disfunções comportamentais) que interferem no foco de atenção e concentração na escola, afetando o desempenho acadêmico, também são quadros de violência doméstica.

A intervenção Psicopedagógica frente a problemas causados por violência doméstica deve ocorrer em dois níveis, no clínico e no institucional. O enfoque do presente trabalho foi quanto ao âmbito institucional, onde a Psicopedagogia surgiu da necessidade de se melhor compreender o ser cognoscente, a sua aprendizagem e do compromisso com a transformação da realidade escolar, possibilitando a ação e reflexão dos obstáculos do processo de ensino-aprendizagem, a intervenção Psicopedagógica tem a finalidade de atender à instituição em caráter preventivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o exposto acima, no âmbito das conseqüências da violência doméstica, acarretando problemas na aprendizagem das crianças, em face das múltiplas interferências nos campos sócio-cultural-emocional, o enfoque da Psicopedagogia, vem possibilitar uma abordagem transdisciplinar para que se obtenha resultados mais favoráveis às vítimas, ao grupo familiar e posteriormente à sociedade. As instituições primordiais básicas, como a família nuclear e a escola, requerem intervenções, uma vez que, oferecem campo suscetível ao desenvolvimento de sintomas resultantes de práticas violentas.

Cabe aos pais o direito e o dever de amar e educar os filhos. Não lícito a eles sob o disfarce de educadores, punir os filhos de forma violenta, humilhá-los ou deixá-los entregues a si próprios, especialmente no período da infância e da adolescência. Pois, as conseqüências da violência doméstica no que tange a aprendizagem da criança são danosas, chegando a serem irreversíveis em alguns casos.

Assim, enquanto a violência familiar for compreendida apenas como atos que laceram, ou, matam, a sociedade como um todo continuará acreditando que os pais, responsáveis tem até mesmo a obrigação de agredirem seus filhos em nome da disciplina, da educação, sempre que houver um desvio de comportamento imposto pelas normas sociais da época ou dos valores culturais aos quais a família segue.

A erradicação da violência familiar envolvendo crianças e adolescentes só é possível mediante a mudança de alguns paradigmas, e o primeiro deles, é o de que os pais sabem sempre o que é melhor para seus filhos.

Outra postura a ser questionada, é de que o lar é um lugar seguro para a criança e o adolescente. Faz-se necessário que se estabeleça uma rede social que se mostre atenta e disponível a prestar solidariedade às famílias que estejam passando por momentos de crises que as impeçam de prestar a seus filhos os cuidados necessários.

Portanto, é preciso entender a violência familiar como parte de uma violência maior que a domina, fruto de uma sociedade injusta e marginalizante, onde o descaso do Estado, a falta de investimentos na saúde e educação, favorece a desestruturação e o desespero da grande maioria das famílias.

Logo, neste enfoque, a Psicopedagogia oferece sua contribuição ao enfrentamento dos problemas de aprendizagem decorrentes da violência doméstica, seja no âmbito clínico ou institucional, possibilitando uma visão mais ampla, e um diagnóstico mais preciso. O entendimento é que a Psicopedagogia integre um espaço legítimo de atuação interdisciplinar

na busca de melhores condições para um desenvolvimento de aprendizado, saudável nas crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO M. A., GUERRA V. N. A. **Infância e violência doméstica: Fronteiras do conhecimento**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1997.

BRANCALHONE, P. G. E WILLIAMS, L. C. A. **Crianças expostas à violência conjugal: uma revisão de área**. Universidade Federal de São Carlos. Disponível www.scielo.br/pdf/ptp/v20n2/a03n20n2.pdf. Acesso em 04/01/2008.

DAY, Telles et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. In **revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**. Vol. 25 Suppl.1 Porto Alegre Apr. 2003. Disponível em www.scielo.br/pdt/rprs/v25s1/a03v2521.pdf Acesso em 04/01/2008.

FERNÁNDEZ, Alícia. **A inteligência aprisionada** – Tradução Iara Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

MERY, J. **Pedagogia curativa escolar e Psicanálise**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.

PAIN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PIAGET, Jean. Tradução. Maria Alice Magalhães. **Seis estudos de Psicologia**. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. Tradução: Eliane Toscano Zamikhowsky. **Teoria Do Vínculo**. 6ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000 .

WEISS, Maria Lúcia Lemme: **Psicopedagogia Clínica – Uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem**. Rio de Janeiro: Lamparina, 1992.

VYGOTSKY, LEV. Tradução. Marta Kahl de Oliveira. **Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico**. Rio de Janeiro: Editora Scipione.